



NÃO VAMOS ADMITIR RETROCESSOS NAS REGRAS DO SALÁRIO MÍNIMO, ABONO SALARIAL E BPC

EM QUE pesem algumas medidas positivas, o conjunto do pacote fiscal anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, embute retrocessos inaceitáveis para a classe trabalhadora.

Acendendo uma vela a Deus e outra a Satanás, o governo propõe a isenção do Imposto de Renda para os assalariados que recebem até R\$ 5 mil reais, compensando a queda consequente de receita com o aumento da tributação de quem ganha mais de R\$ 50 mil. Iniciativa justa, que corresponde a um compromisso de campanha e tem o apoio da CTB e da classe trabalhadora.

Em contrapartida, o pacote limita o índice de valorização do salário mínimo, reduz o universo dos beneficiários do abono salarial aos que recebem até 1,5 salário mínimo e também do Benefício de Prestação Continuada. Ou seja, tira recursos dos mais pobres para agradar os grandes capitalistas.

Convém considerar que a política de valorização do salário mínimo é estratégica para uma política que busca a distribuição mais justa da renda nacional, que aí fim e ao cabo é produzida pela classe trabalhadora. **Leia mais** <https://encr.pw/j9vh8>

Foto Divulgação

O valor do salário mínimo vigente ainda está situado muito abaixo do mínimo necessário para a sobrevivência de um assalariado com família de quatro membros, conforme determina a Constituição Brasileira. De acordo com cálculos do Dieese, o valor do salário mínimo necessário para satisfazer os preceitos constitucionais subiu a R\$ 6769,87, 4,9 vezes maior que o piso nacional pago hoje, de R\$ 1412,00.



BRASIL GERA MAIS DE 2,1 MILHÕES DE EMPREGOS

Foto DIVULGAÇÃO



A criação de emprego formal no Brasil segue em ritmo acelerado. De janeiro a outubro deste ano foram geradas mais de 2,1 milhões de vagas com carteira assinada, 132 mil somente em outubro.

O dado do Ministério do Trabalho e Emprego poderia ser melhor, se

não fosse a tentativa de boicote do Banco Central que, sob a presidência do bolsonarista Roberto Campos Neto, segue com a política de elevação da taxa básica de juros. A Selic está atualmente em 11,25% ao ano.

Entre os empregos gerados em outubro, 71

mil foram para o setor de serviços. O comércio abriu 44 mil vagas e a indústria, 23 mil. De acordo com Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), o salário médio real de admissão foi de R\$ 2.153,18, com ganho real de pouco mais de 1% em relação a outubro de 2023.

Industrialização verde é chave para progresso



A industrialização sustentável no Brasil é uma meta imprescindível para garantir soberania econômica e justiça social, afirmou Antonio Lacerda, economista e professor da PUC-SP. Ele destacou que a industrialização verde no Brasil depende de bancos públicos, como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), e a estabilidade econômica para financiar setores estratégicos e impulsionar a transição energética.

A combinação de inovação tecnológica, fortalecimento da infraestrutura e incentivo a indústrias limpas vai reposicionar o país como líder global, criando mais empregos e ampliando a competitividade internacional.

Iniciativas como o programa Nova Indústria Brasil, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e o PTE (Plano de Transformação Ecológica) reforçam o papel central do Estado na promoção de um modelo econômico que alie desenvolvimento industrial e responsabilidade ambiental. O desenvolvimento verde não é apenas uma questão econômica, mas um compromisso político crucial para garantir autonomia nacional e reduzir desigualdades.

Jornada de 6 dias tira a dignidade

Foto DIVULGAÇÃO



É nítido que a escala 6x1 – quando o cidadão trabalha seis dias e folga um – é incapaz de manter a dignidade do trabalhador, que enfrenta longos períodos de deslocamento, pouco tempo para descanso e lazer, sobreposição de tarefas domésticas e cuidados familiares, salários baixos e até condições precárias de trabalho e direitos ignorados.

Especialistas consideram a redução da jornada uma medida necessária e urgente. Os limites constitucionais máximos de 8 horas diárias e de

44 horas semanais, determinados na CLT (Consolidação das Leis de Trabalho), deveriam ser “tetos máximos” protetores, mas se tornaram “pisos mínimos” para grande parte dos trabalhadores.

As cargas abusivamente extensas são a raiz do aumento do adoecimento físico e mental. Por outro lado, os modelos de gestão baseados no assédio também contribuem para o agravamento da desumanização. Os bancários sabem bem como funciona a cobrança por resultados e metas abusivas.

Mais de 30 milhões de brasileiros têm formalmente a escala 6x1, o que equivale a 65% dos contratos vigentes. Considerando a informação, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) aponta que 75% das pessoas têm jornadas de 40 horas ou mais.